

Agroecologia e reforma agrária: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio – Paraná¹

Juliana Cristina de Mello

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – Paraná
e-mail: julianamello94@gmail.com

Roberto Antônio Finatto

Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) – Laranjeiras do Sul, Paraná, Brasil.

e-mail: robertofinatto@gmail.com

Márcio Freitas Eduardo

Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim (UFFS) – Erechim, Rio Grande do Sul, Brasil.

e-mail: marcioeduardo@uffs.edu.br

Resumo

Este texto problematiza o processo de incorporação e desenvolvimento da Agroecologia em áreas de reforma agrária proposto pelo principal movimento socioterritorial do campo no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto, analisa as práticas agroecológicas no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado nos municípios de Rio Bonito do Iguçu e Nova Laranjeiras, no Paraná. Por meio de pesquisa participante, realização de entrevistas e análise de documentos, o artigo detalha como a Agroecologia foi sendo construída em meio ao processo de reorganização territorial do acampamento. O texto examina uma etapa fundamental para a consolidação da Agroecologia nas áreas de reforma agrária, dado que as experiências do período da ocupação orientam os sistemas produtivos desenvolvidos após a conquista da terra. Apesar das dificuldades para sua territorialização, a pesquisa identificou a permanência da Agroecologia ao longo dos cinco anos do acampamento e um potencial para a consolidação das práticas agroecológicas, considerando-se os recursos territoriais e o interesse dos sujeitos, desde que a área seja destinada para a reforma agrária.

Palavras-chave: Agroecologia; reforma agrária; acampamento; MST.

Agroecology and land reform: reflections in reliance on experiences at Herdeiros da Terra de 1º de Mario – Paraná

Abstract

This paper problematizes the incorporation and development processes of agroecology in land reform areas proposed by the main Brazilian country socioterritorial movement, the Landless Worker's Movement (known in Portuguese as MST). For this purpose, we analyze

¹Este texto é resultado de reflexões produzidas no âmbito de uma pesquisa financiada pela Chamada Universal MCTI/CNPq Nº 01/2016, cujo título é "Prática agroecológica e desenvolvimento territorial em áreas de agricultura camponesa no Sul do Brasil: potencialidades, conflitualidades e conquistas". O texto também integra resultados de pesquisa que contou com recurso para bolsa da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), ano 2018-2019.

agroecological practices at Herdeiros da Terra de 1º de Maio rural camp, located in the cities of Rio Bonito do Iguçu and Nova Laranjeiras, state of Paraná, Brazil. Through participant research, interviews and documental analysis, this article details how agroecology has been built within the camp's territorial reorganization process. This text observes a fundamental step for agroecological consolidation in land reform areas, given that previous experiences, from the period of occupation, guide the production systems developed after the land was obtained. Despite the difficulties for agroecological territorialization, this research identified its permanence through five years of camp, as well as a potential to agroecological practices consolidation, considering territorial resources and subjects' interests, in the case the area is intended to land reform.

Keywords: Agroecology; land reform; rural camp; MST.

Agroecología y reforma agraria: reflexiones a partir de las experiencias del campamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio – Paraná

Resumen

Este texto problematiza el proceso de incorporación y desarrollo de la agroecología en áreas de reforma agraria propuesto por el principal movimiento socio territorial campesino de Brasil, el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Para tanto, analiza las practicas agroecológicas en el campamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, ubicado en los municipios de Rio Bonito do Iguçu y Nova Laranjeiras, Paraná, Brasil. Mediante investigación participante, entrevistas y análisis de documentos, este articulo detalla el modo como la agroecología ha sido construida medio al proceso de reorganización territorial del campamento. El texto examina una etapa fundamental para la consolidación de la agroecología en áreas de reforma agraria, visto que las experiencias del periodo de ocupación orientan los sistemas productivos desarrollados después de la conquista de la tierra. A pesar de las dificultades para la territorialización de la agroecología, la investigación identificó su permanencia a lo largo de los cinco años de campamento y un potencial para la consolidación de las prácticas agroecológicas, considerándose los recursos territoriales y el interés de los sujetos, caso sea destinada a la reforma agraria.

Palabras-clave: Agroecología; reforma agraria; campamento; MST.

Introdução

O tema da Agroecologia é de suma importância para os espaços rurais e urbanos do Brasil e da América Latina. Sua relevância deriva da necessidade de consolidar um sistema agroalimentar que diminua o impacto ambiental das atividades agropecuárias e, ao mesmo tempo, considere as especificidades dos camponeses. A Agroecologia, portanto, rompe com o modelo de produção convencional ao incorporar, no planejamento e no funcionamento dos agroecossistemas, os recursos e os conhecimentos territoriais locais em detrimento da elevada carga de insumos e interesses políticos e econômicos externos.

Diante disso, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) orienta que a Agroecologia seja desenvolvida nas áreas de reforma agrária com o objetivo de ampliar a autonomia relativa das famílias camponesas. Assim, este texto tem por objetivo registrar e analisar a constituição e a organização dos grupos de Agroecologia no acampamento

Herdeiros da Terra de 1º de Maio, localizado nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras, no Paraná. O acampamento é fruto de uma ocupação ocorrida em 2014, em área sob domínio da madeireira Araupel S.A., por cerca de 1.500 famílias pertencentes ao MST.

Outro propósito do texto é produzir conhecimento sobre um tema ainda pouco presente na literatura sobre a reforma agrária (e. g. FERNANDES; FACCO, 2015; FACCO, 2015; SILVA; PAVINATO; AHLERT, 2018), ou seja, compreender como a Agroecologia se articula ao processo mais amplo de luta pela terra em áreas de acampamentos rurais. Este estudo se faz necessário porque o período do acampamento é marcado por um conjunto de particularidades que impõem desafios para a consolidação das práticas agroecológicas.

A análise está estruturada em três partes principais. Inicialmente, apresentamos como a Agroecologia se consolida enquanto alternativa para o enfrentamento ao agronegócio e como ela se insere no processo de luta pela terra promovida pelo MST; na sequência, apresentamos o processo de formação e as principais características do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio; por fim, tratamos de detalhar o desenvolvimento da Agroecologia considerando a dinâmica territorial do acampamento, a qual foi impondo novas condições para os sujeitos interessados em desenvolver as práticas agroecológicas.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui natureza qualitativa, seguindo os procedimentos de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir dos temas centrais da investigação, como Agroecologia, campesinato e reforma agrária, além de publicações sobre o acampamento em estudo. O trabalho de campo contou com roteiros de entrevistas semiestruturadas com os/as agricultores/as dos grupos de Agroecologia e com pesquisa participante – considerando a inserção da autora do texto na área de estudo. A pesquisa ocorreu do primeiro semestre de 2017 ao segundo semestre de 2019.

A Agroecologia no contexto da luta pela reforma agrária

Compreendemos que a reforma agrária é uma necessidade histórica para o desenvolvimento do país, um elemento inseparável de uma proposta que enfrente os problemas sociais, econômicos e ambientais da atualidade, presentes nas áreas rurais e nas cidades brasileiras. A promoção da Agroecologia se assenta na premissa de uma política agrária/alimentar justa, ambientalmente sustentável e saudável para o conjunto da sociedade, tendo seu mote na garantia dos direitos territoriais dos camponeses e camponesas.

A realidade agrária brasileira é marcada pela existência de grandes extensões de terras concentradas e disputadas. De um lado, os grandes proprietários defendem e articulam-

se politicamente para garantir a manutenção dos privilégios provenientes da estrutura fundiária concentrada, fruto do Brasil Colônia, quando, progressivamente, foram sendo construídos mecanismos de bloqueio à terra para a população trabalhadora. Por outro lado, os camponeses, particularmente os trabalhadores rurais desprovidos da terra, resistem e produzem, contraditoriamente, suas condições de existência, mesmo diante dos limites impostos pelos grandes estabelecimentos rurais e pelas políticas agrárias/agrícolas do país. Essa disputa é por terra, território e, conseqüentemente, por modelos de produção.

O agronegócio representa a expressão mais avançada do capital na agricultura, agora hegemônico pelo capital financeiro. Esse modelo encontra nas políticas públicas forte sustentação, possibilitando grande impacto na economia. Nele, as mudanças empreendidas no modelo tecnológico/agrícola não alteraram a estrutura fundiária, tendo resultado apenas em processos “conservadores de modernização agropecuária” (CANUTO, 2004).

No sentido oposto, os camponeses que têm acesso a uma pequena parcela da terra lutam para poder permanecer nela, mesmo diante dos diferentes mecanismos de sujeição da renda camponesa pelo capital (PAULINO, 2004). Os expropriados da terra, ou impedidos de nela entrar, são empurrados para as cidades ou para a luta pela (re)conquista de um pedaço de chão. Assim, o capitalismo atua desenvolvendo, simultaneamente, a implantação do trabalho assalariado no campo em diferentes áreas do país e, de forma articulada e contraditória, a produção camponesa, fazendo do camponês um sujeito social de dentro do capital (OLIVEIRA, 2001).

A reforma agrária no Brasil não foi efetivada a contento por parte do Estado. É pauta defendida pelos camponeses, organizados em movimentos socioterritoriais, que acabam por ser os principais instrumentos de reterritorialização e afirmação camponesa no século XX, fundamentalmente a partir da sua segunda metade, diante do contexto de profundas mudanças processadas no campo brasileiro nesse período.

O MST é o principal movimento socioterritorial de luta pela terra por conta de sua sólida organização e atuação em escala nacional (OLIVEIRA, 2001). Defende a reforma agrária popular, ou seja, não se trata de dividir a terra apenas para possibilitar aos camponeses a produção de alimentos, serviços e matérias-primas ao mercado, mas de construir um projeto de desenvolvimento contra o modelo do capital, baseado na desconcentração fundiária (MST, 2014). Assim, conforme Silva e Fernandes (2005), para alcançar os seus objetivos, os movimentos socioterritoriais constroem espaços políticos e se territorializam.

A territorialização do projeto do MST passa por sua articulação com diferentes instituições e movimentos que compartilham os objetivos de transformação social. Essa necessidade aparece expressa no Programa Agrário do MST: “frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses, com a

classe trabalhadora urbana e com outros setores sociais interessados em mudanças estruturais, de caráter popular” (MST, 2014, p. 202).

A organização da classe trabalhadora, tanto do campo como da cidade, é o que dá forma aos movimentos socioterritoriais, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas (PEDON, 2013). “No campo, os trabalhadores rurais lutam pelo direito de acesso a terra, pela sua permanência e por melhores condições de seu uso, para, a partir dela, reproduzir as condições de sobrevivência” (PEDON, 2013, p. 196). Nesse processo, os camponeses sem terra, por meio de ocupações, ainda que com descontinuidades e oscilações das suas ações, conquistam frações do território ao forçarem a reforma agrária.

Assim, dá-se a transformação do espaço em território, pois, segundo Raffestin (1993), o território se caracteriza pela apropriação do espaço para o desenvolvimento de determinado projeto, revelando relações marcadas pelo poder. Quanto aos movimentos socioterritoriais, “a transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida como estado permanente de conflitos no enfretamento entre forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar territórios” (SILVA; FERNANDES, 2005, p. 03).

A conflitualidade no campo brasileiro expressa o movimento de territorialização/desterritorialização de distintos projetos de desenvolvimento nacional, grosso modo, estejam eles vinculados às classes que defendem a hegemonia do modelo de desenvolvimento do agronegócio ou às classes e sujeitos em luta organizados em diferentes movimentos socioterritoriais que defendem a terra de trabalho e os territórios de vida.

O processo de luta pela terra promovido pelo MST passou por diferentes fases desde que os primeiros assentamentos foram formados ainda na década de 1980. Ao tratar do cooperativismo, forma de organização da produção que prevaleceu na pauta do MST na década de 1990, Fabrini (2002, p. 86) afirma que “a produção nos assentamentos passou a ser entendida como uma forma de sustentação do projeto político dos sem-terra”. Assim, se no período de início do MST (1979 a 1985) não havia uma política cooperativista definida para os assentamentos, o tema ganha destaque na segunda metade da década de 1980, quando a luta dos assentados é vista como a luta do MST. Nos anos 1989 e 1990, são formadas as primeiras cooperativas com o objetivo de garantir a eficiência econômica para sustentar a luta nos assentamentos (FABRINI, 2002).

As experiências cooperativas não alcançaram o sucesso esperado em função de um conjunto de elementos internos e contraditórios do próprio MST, além de fatores políticos e econômicos da década de 1990 (Cf. FABRINI, 2002; BORSATTO; CARMO, 2013; PICOLOTTO; PICCIN, 2008). No que concerne ao aspecto produtivo, foco desta análise, Borsatto e Carmo (2013) destacam que o modelo adotado se baseava nos princípios da Revolução Verde, com alta dependência do mercado para a compra dos insumos

agropecuários e para a venda dos produtos. Apesar da incorporação do cooperativismo, da coletivização e de mecanismos de divisão social do capital, “paradoxalmente, o MST difundiu em seus assentamentos um modelo de produção que tinha sido a causa da expropriação dos camponeses em um momento anterior.” (BORSATTO; CARMO, 2013, p. 655).

Diante desse contexto e da atenção que o debate ambiental ganhou no final do século XX, o MST passa a avaliar o impacto da agricultura convencional nas áreas de reforma agrária. Costa Neto e Canavesi (2002) identificam que desde o primeiro congresso nacional do MST, em 1985, aparece uma inclinação para o tema da preservação ambiental. O tema é tratado de forma mais direta no terceiro congresso, em 1995, quando há o reconhecimento da necessidade por um novo tipo de reforma agrária que considere o desenvolvimento de tecnologias que preservem os recursos naturais. A partir desse período “[...] o discurso político programático do MST passou a intensificar o conteúdo em favor da sustentabilidade, com a realização de encontros com representantes de organizações não-governamentais (ONGs), ligadas à questão da preservação ambiental e do desenvolvimento sustentável” (COSTA NETO; CANAVESI, 2002, p. 209).

Assim, a partir do ano 2000, quando acontece o IV Congresso Nacional do MST, a crítica ao modelo agrícola difundido pela Revolução Verde se intensifica e, como alternativa, o MST defende a necessidade de os acampados e assentados garantirem a segurança alimentar da família, livre de agroquímicos e transgênicos (COSTA NETO; CANAVESI, 2002; GONÇALVES, 2008). O MST assume a Agroecologia como parte da construção de outro projeto político e produtivo, em oposição ao agronegócio, compreendendo que a função social da terra precisa ir além da sua divisão, mas considerar o sistema produtivo a ser desenvolvido.

Esse discurso segue orientando a atuação do MST. No Programa Agrário do movimento de 2014 consta a necessidade de “priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro, garantindo o princípio da soberania alimentar, livres de agrotóxicos e de sementes transgênicos” (MST, 2014, p. 213), bem como o desafio de “exigir do Estado políticas de créditos, financiamentos subsidiados, pesquisas e aprendizados tecnológicos voltados para a produção agrícola de matriz agroecológica [...]” (MST, 2014, p. 214).

A proposta de Agroecologia defendida pelos movimentos socioterritoriais do campo, em especial o MST, recupera e valoriza a ação dos camponeses e camponesas, construindo uma práxis a serviço do campesinato, diferenciando-se substancialmente do que vem a ser uma agricultura orgânica dominada pelo capital e tratada como nicho de mercado.

No decorrer da história, os camponeses produziram sistemas agrícolas com elevados níveis de sustentabilidade ambiental, em permanente evolução e responsáveis, ao longo de séculos, por alimentar e prover matérias-primas à maior parte da humanidade (MAZOYER e ROUDART, 2010). São portadores de experiência arraigada em uma racionalidade ecológica, que possibilita pensar em práticas para superar a crise social e ambiental contemporânea.

Para Ploeg (2006), o campesinato é uma classe que luta por autonomia para a produção da vida e, dada a condição social que ocupa, apresenta uma “condição camponesa” que articula a luta por autonomia à construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos naturais e sociais.

Altieri (2009) destaca a importância dos camponeses da América Latina para a soberania alimentar, dada a sua importância na produção de alimentos. Para o autor, as pequenas propriedades são mais produtivas, preservam melhor os recursos naturais e são mais resistentes às mudanças climáticas do que os sistemas de monocultivos desenvolvidos em larga escala. Os sistemas de cultivo diversificados, típicos do campesinato, estão assentados sobre um conjunto de conhecimentos e técnicas tradicionais e fornecem elementos para a criação de novos agroecossistemas considerando-se as características agroecológicas e socioeconômicas locais.

Como destaca Demarais (2013, p.71) “a diversidade biológica é completamente dependente da diversidade cultural e a diversidade cultural depende de sistemas de conhecimento local diversos”. A existência destes recursos territoriais vinculados aos camponeses e indígenas na América Latina foi a base para a promoção, em escala ampliada, da Agroecologia. Conforme Altieri e Toledo (2010, p.180) “la expansión de la agroecología en América Latina ha iniciado un interesante proceso de la innovación cognitiva, tecnológica y sociopolítica, íntimamente vinculado a los nuevos escenarios políticos, así como al surgimiento de gobiernos progresistas y movimientos de resistencia campesina e indígena”. A ação de um conjunto de sujeitos, organizações, movimentos sociais e instituições governamentais produziu cinco principais núcleos da Agroecologia na região citada: Brasil, a região andina, América Central, México e Cuba (ALTIERI e TOLEDO, 2010; TOLEDO, 2012).

Esta situação tem produzido uma revolução agroecológica nas áreas rurais e no meio acadêmico, como exemplos, pode-se citar a forte presença da Via Campesina (DESMARAI, 2013) articulando as ações e instituições envolvidas no movimento agroecológico e de reforma agrária, a Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA) e o Movimiento Agroecológico Latinoamericano (MAELA) (ALTIERI e TOLEDO, 2010; TOLEDO, 2012).

A Agroecologia pode ser definida como “[...] um novo paradigma produtivo, como uma constelação de ciências, técnicas e práticas para uma produção ecologicamente sustentável, no campo” (LEFF, 2002, p. 36). Assim, permite a otimização produtiva concernente às funções ecológicas dos agroecossistemas por meio da incorporação de novos conhecimentos e técnicas às práticas tradicionais de manejo. Segundo Guhur e Toná (2012, p. 63),

Para o desenvolvimento de uma agricultura sustentável e produtiva, a agroecologia orienta práticas de: aproveitamento da energia solar através da

fotossíntese; manejo do solo como um organismo vivo; manejo de processos ecológicos – como sucessão vegetal, ciclos minerais e relações predador-praga; cultivos múltiplos e sua associação com espécies silvestres, de modo a elevar a biodiversidade dos agroecossistemas; e ciclagem da biomassa – incluindo os resíduos urbanos.

Essa perspectiva de conjunto é a base para se estruturar mudanças no sistema agroalimentar, inclusive em áreas de reforma agrária.

A formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio

A luta das famílias sem-terra do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio teve início na década de 1990. Seu objetivo era a desapropriação das áreas da empresa Araupel S.A., antiga Giacomet-Marodin Ind. Madeireira S. A., para fins de reforma agrária. De acordo com Janata (2012), a partir de 1996, o MST efetivou quatro assentamentos na região – Ireno Alves dos Santos, Marcos Freire, Celso Furtado e 10 de Maio – que ocupavam cerca de dois terços da área original da empresa no Centro-Sul do estado.

Em 2014, ocorreu mais uma ocupação do MST, realizada por mais de 1.500 famílias, dando origem ao acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, que estabeleceu uma disputa jurídica pela desapropriação de aproximadamente 20.000 hectares para fins de Reforma Agrária (CEZIMBRA *et al.*, 2017).

A ocupação teve início com a formação do acampamento base em uma área do assentamento Ireno Alves dos Santos no dia 01 de maio de 2014. Nesse período, as famílias foram nucleadas em grupos de base e, a partir deles, estruturaram-se os setores, coletivos e instâncias², dando início ao funcionamento de uma organicidade que efetivasse o princípio da participação coletiva. Naquele momento, o objetivo era preparar a ocupação e as condições de resistência para permanecer na área que seria ocupada (Mapa 01).

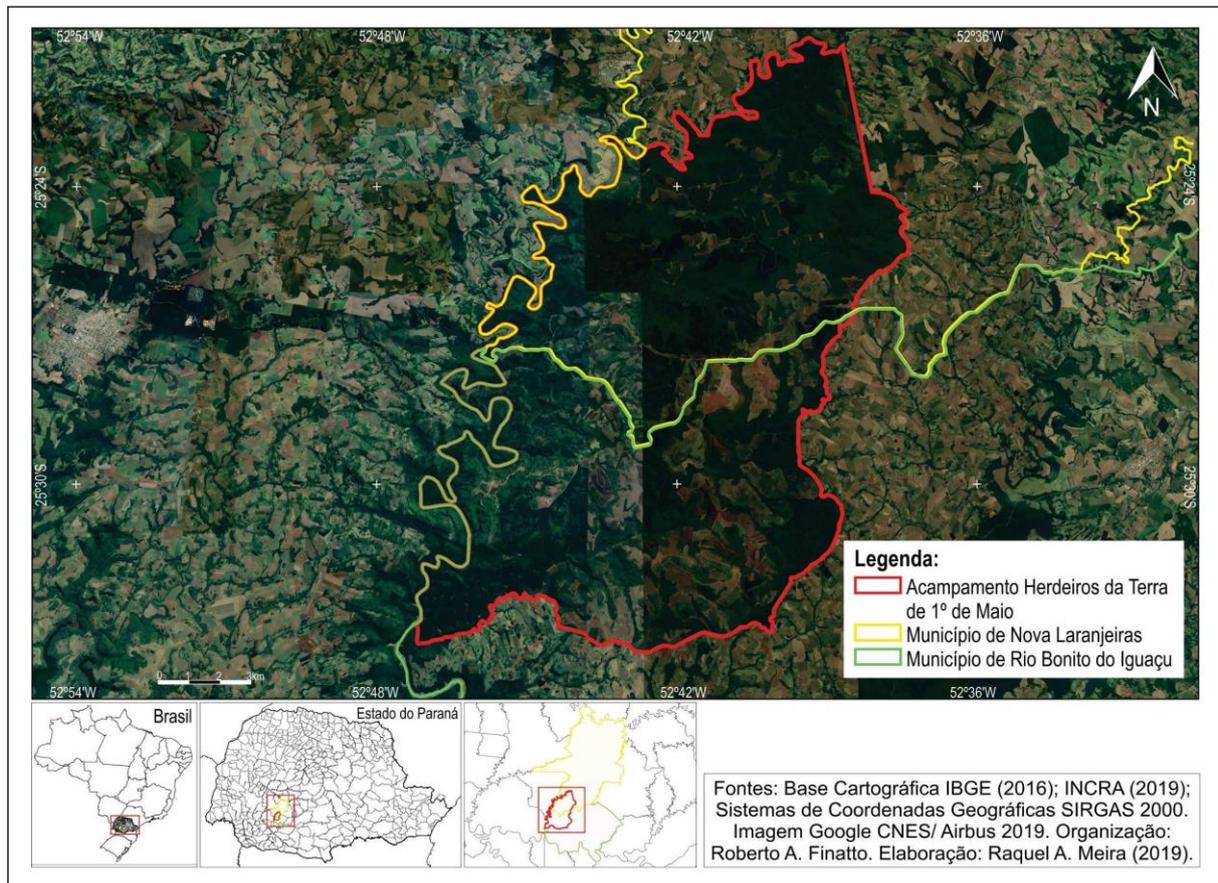
Segundo Cezimbra *et al.* (2017), a constituição inicial do acampamento foi marcada pela presença dos filhos e filhas dos assentados da região em anos anteriores, enquanto os demais ocupantes vieram de outras áreas do entorno, eram parentes ou conhecidos dos assentados. Isso reflete no nome do acampamento. Os autores ressaltam que a motivação dos camponeses em continuar a luta pela terra se deu pelos indicadores de melhoria de qualidade de vida apresentados pelos assentamentos já estabelecidos.

A ocupação ocorreu no dia 17 de julho de 2014. Nos meses seguintes, além da organização das moradias, ocorreu a construção da Escola Itinerante Herdeiros do Saber e o início das atividades de produção agrícola. Para possibilitar o avanço na produção, ocorreram

² Os grupos de base eram compostos por 30 a 50 famílias, coordenados por um homem e uma mulher. Foram instituídas as instâncias de Direção Política e Coordenação Geral, além dos Setores de Educação, Alimentação, Produção, Formação, Comunicação, Saúde, Infraestrutura e os Coletivos de Mulheres e da Juventude.

as roçadas coletivas de pinus, que envolviam todos os grupos de base. A ação coletiva foi fundamental para viabilizar a produção para o autoconsumo, dado que havia poucas áreas sem a presença de árvores.

Mapa 01: Localização do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio.



As Figuras 01 e 02 apresentam uma imagem da área antes e depois da ocupação. Na Figura 1, observa-se o monocultivo arbóreo de pinus em meio à vegetação nativa; na Figura 02, o monocultivo de pinus é substituído pela área de moradia e de produção agrícola do acampamento. Cumpre salientar que a maior parte da retirada da madeira do local foi feita pela empresa Araupel S. A. No centro da Figura 02 é possível identificar o acampamento.

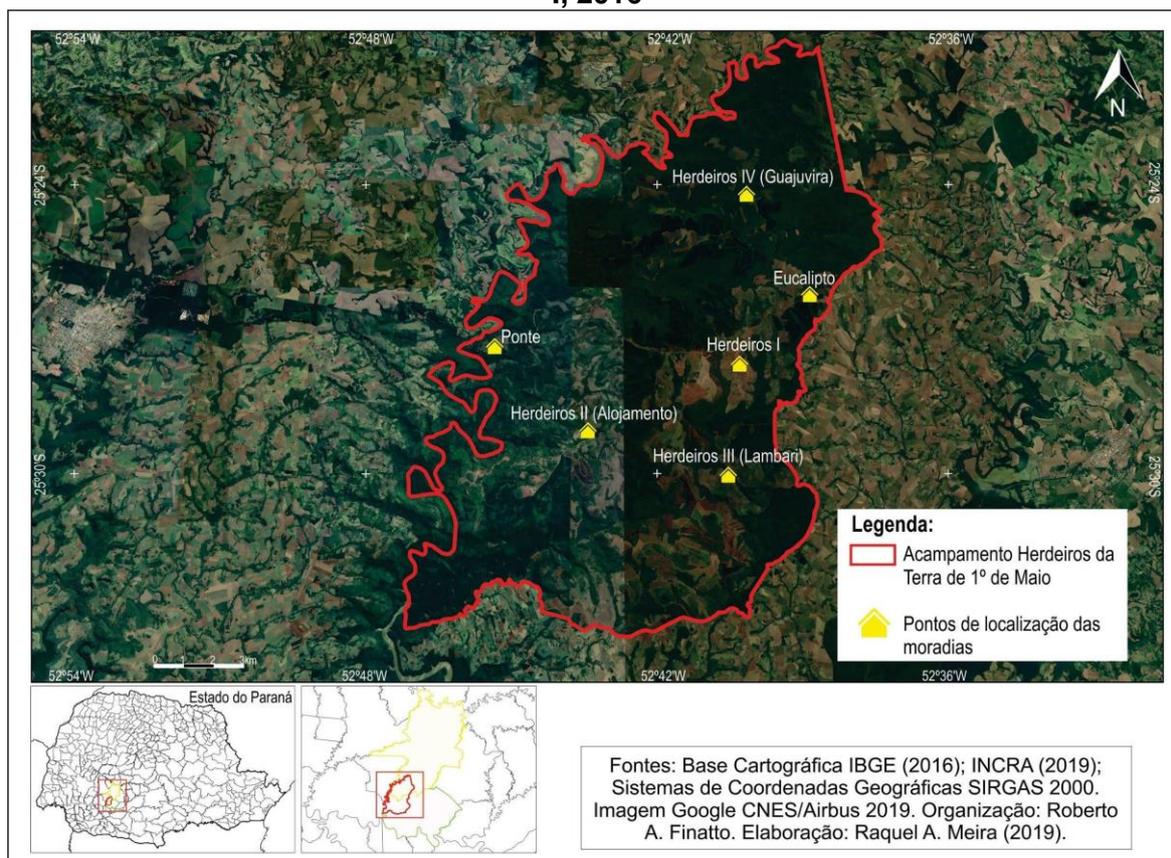
Figuras 01 e 02: Imagem de satélite mostrando parte da área do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 2014 e 2018.



Fonte: Google Earth, 2019. Org. pelos autores.

Após pouco mais de um ano configurados como exposto acima, frente a uma estratégia de domínio do território e conseqüentemente expansão da produção, iniciou-se o deslocamento de grupos de base para novas áreas, dando origem a outros espaços de acampamento. Finatto e Ribas (2017) registram que, inicialmente, todos os integrantes estavam acampados em um único espaço, denominado Herdeiros I. Posteriormente, foram criados mais cinco espaços: Herdeiros II (Alojamento), Herdeiros III (Lambari), Herdeiros IV (Guajuvira), Ponte e Eucalipto (Mapa 02). No aspecto organizativo, a área da Ponte estava vinculada ao Herdeiros II e a área do Eucalipto ao Herdeiros I. A comunidade assim permaneceu de março de 2016, quando se formou o último ponto de ocupação do território, até julho de 2018. Os novos espaços de acampamento permaneceram com sua atuação política e organizativa vinculada.

Mapa 02: Localização das áreas formadas após a divisão do acampamento Herdeiros I, 2016



No primeiro semestre de 2018, os acampados decidiram iniciar um estudo e mapeamento da área ocupada. A intenção era adiantar a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA³), que costuma levar anos para ser realizado após a criação de um assentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Assim, num contexto sem perspectivas quanto à efetivação da política de reforma agrária, após o mapeamento e divisão da área, foi realizada a distribuição das famílias nos lotes individuais, ainda na condição de acampamento.

O Jornal Campesino, boletim informativo produzido pelos próprios acampados, expõe o plano da seguinte maneira:

o objetivo é que se possa planejar de forma estratégica a produção da vida no futuro assentamento, tanto no âmbito familiar, quanto no âmbito comunitário. A água precisa ser distribuída, a logística das estradas viabilizadas, e o meio ambiente preservado como a maior riqueza (JORNAL CAMPESINO, 2018, p. 02).

Nesse estudo foi produzida a seguinte síntese em relação aos usos da área total

³ No PDA, “é definida a organização do espaço, com indicação das áreas para moradia, produção, reserva florestal, vias de acesso [...] as atividades produtivas a serem desenvolvidas no assentamento, as ações necessárias à recuperação e à preservação do meio ambiente, o programa social e de infraestrutura básica.” (INCRA 2009).

ocupada: 8.899 hectares para reserva florestal e 22.429 hectares destinados para as unidades produtivas das famílias e cinco sedes das comunidades, sendo uma delas a central, com um espaço produtivo coletivo. Também foram demarcadas as estradas principais, as Áreas de Preservação Permanente (APP) e reorganizados os grupos de base, sendo formados 22 grupos com 50 famílias em cada. No segundo semestre do ano de 2018, mesmo sem dar sequência ao processo de PDA, decidiram realizar a distribuição das famílias na área, em lotes individuais.

Cabe reconhecer o protagonismo do MST nas ações de luta pela terra e no direcionamento desse processo diante da ausência do Estado. Silva e Fernandes (2005, p. 05) pontuam que “os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos constroem espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas de seu desenvolvimento.” Nesse contexto, entre as práticas desenvolvidas no acampamento, está a produção agroecológica. Trataremos, a seguir, de analisar como a Agroecologia foi sendo estruturada diante do processo de reorganização territorial do acampamento.

A Agroecologia no acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio

Como visto, inicialmente, todas as famílias acampadas estavam concentradas em uma única área. No início de 2016, foram criados outros cinco acampamentos e, finalmente, a partir de julho de 2018, as famílias foram distribuídas em lotes individuais. Identificamos, assim, três temporalidades que interferem nas práticas agroecológicas.

Registramos a existência de diferentes grupos de produção orgânica e agroecológica⁴ no período analisado (2014 – 2019). O primeiro surgiu com a delimitação da primeira área de produção (2015), no espaço Herdeiros I, chamado de grupo dos Orgânicos. Na sequência, com a formação dos outros pontos de ocupação do território, surgiu o grupo “Herdeiros da Terra Livre” (2015), no Herdeiros II; o grupo “Bica d’água” (2017), no Herdeiros III; o grupo “Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência” (2017), no Herdeiros IV, contando com integrantes do espaço Eucalipto; e o grupo “17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica” (2016), no Herdeiros I, constituído pelas famílias que permaneceram na área, incluindo aquelas que já integravam o grupo dos Orgânicos. Após a distribuição das famílias nos lotes, em 2018, três grupos foram mantidos, com alteração na sua composição: o grupo “17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica”, o grupo “Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência” e o “Herdeiros da Terra

⁴Tanto o termo “produção orgânica” como “Agroecologia” são citados pelos(as) entrevistados(as). Optamos por utilizar os termos como sinônimos neste texto. Entretanto, reconhecemos que a produção orgânica possui um caráter comercial, entre outros aspectos, que não coadunam com a Agroecologia, como tratado em Finatto (2016).

Livre”. Ao final desta seção, apresentamos uma figura que ilustra essa dinâmica.

Portanto, as experiências com a Agroecologia são concomitantes à formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. O Entrevistado 01, integrante do Grupo Herdeiros Terra Livre, reconhece que a Agroecologia é um princípio para o MST. Por isso, as primeiras iniciativas no processo de construção desse debate dentro do acampamento partiram da Direção Política, principalmente a partir da posição de algumas lideranças,

Principalmente o “Dirigente X”, ali sempre puxando esse debate dentro da Agroecologia, né? Tinha um pouco ainda de preconceito, dentro da própria direção do acampamento, né? Mais as principais lideranças, sempre, nem que num praticava, que nem o “Dirigente X”, sempre brincava: eu não vou me gavar que eu pratico, mas pelo menos eu defendo e a partir do momento que eu pegar um lote e conseguir praticar, eu quero, nem que seja só um quintal ali, pra mim ter minha produção, saudável (ENTREVISTADO 01, 2018).

Algumas lideranças, como a citada acima, aparecem nas demais entrevistas, demonstrando a influência fundamental que esses sujeitos tiveram para impulsionar a Agroecologia. Um forte argumento utilizado para esse debate era de que a reforma agrária também seria justificada em sua necessidade pelo modo de produção que as famílias acampadas empreendessem. A fala dos entrevistados remete à avaliação de que era necessário superar as experiências anteriores de reforma agrária em sistema convencional, presente na maioria dos assentamentos do MST, seguindo as diretrizes do novo Programa Agrário do MST de 2014.

Um dos entrevistados faz menção ao IV Congresso Nacional do MST ao ser questionado sobre os motivos para desenvolver a Agroecologia no acampamento:

Não fazia sentido a gente ocupar a terra se não fosse pra produzir [...] pro autossustento da família. Não era o interesse, não era o intuito produzir as commodities né? Ou o sistema monocultura, né? O sistema agricultura familiar, dando prioridade mesmo à produção agroecológica (ENTREVISTADO 02, 2019).

Por haver participado da coordenação do Setor de Produção do acampamento, o Entrevistado 01 explica que, inicialmente, buscou-se envolver todas as famílias nos debates sobre a Agroecologia, mas, na sequência, optou-se por trabalhar especificamente com as que demonstraram afinidade com esse sistema de produção. Segundo ele, integraram esses processos formativos mais de 200 famílias, que participaram por meses, com assessorias do próprio MST e externas, como a de professores vinculados a projetos da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul (UFFS) e técnicos do Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia (CEAGRO).

Logo após a realização da ocupação, os setores e coletivos organizativos do acampamento começaram a atuar sobre a nova realidade. Nesse momento, segundo o Entrevistado 01, o Setor de Produção teve como demanda organizar a produção agrícola na

área disponível e regulamentar o uso individual diante da coletividade.

E logo no início até, a gente fez uma medição que nós tava num espaço pequeno lá, que dava em torno acho que d'um litro [605 m²], um litro e pouquinho pra cada um plantar num pedacinho aí de trinta por cinquenta, trinta por sessenta pra cada pessoa plantar, e era extremamente proibido o uso de qualquer tipo de agrotóxico. Até então tinha um pessoal que monitorava, ia lá e todo mundo plantava né? Na pica-pauzinho, na matraca, na inchada. Era espaço pequeno, né? Mas foi ali, através dali que começou a se impulsionar a questão da Agroecologia (ENTREVISTADO 01, 2018).

Entretanto, muitos camponeses apresentaram dificuldades no cultivo sem agrotóxico, diante da falta de conhecimento acumulado sobre o manejo de insumos para a produção orgânica e da assessoria técnica constante. As primeiras impressões derivadas dessa experiência, que o Entrevistado 01 classifica como a primeira envolvendo a Agroecologia no acampamento e que abrangeu o conjunto de famílias, pode ter influenciado tanto aqueles que optaram por seguir, como naqueles que desistiram de produzir com base nas práticas agroecológicas. Segundo ele:

[...] muitos se assustaram, com um pedacinho dali e a Agroecologia pra tu desenvolver sem muitas técnicas, tu se assusta mesmo. Que nem eu: plantei um mandiocalzinho ali, preparei, esperei uns quinze dias com a máquina, né? Gradiei já de volta e quase num veio mato, mais se tu só gradiar e se bolhar plantar tu se arrebenta carpindo. Você tem que... ou faz uma cobertura ou tentar usar alguma prática, por isso que a gente contou com o pessoal dos técnicos pra pode auxiliar nós. (ENTREVISTADO 01, 2018).

O entrevistado reconhece um princípio básico da Agroecologia: a articulação de diferentes conhecimentos para viabilizar a produção, inclusive aqueles da ciência moderna.

Outra prática agroecológica realizada nos primeiros meses da ocupação foi a construção de uma agrofloresta ao lado das estruturas comunitárias do acampamento. O Entrevistado 01 (2018) explica que, apesar de simples, serviu como referência. A primeira iniciativa de cultivo nesse espaço foi um mutirão coordenado pelo Setor de Produção para a plantação de bananeiras. Além disso, foram cultivados grãos diversos, hortaliças, legumes e outras árvores frutíferas. Atuaram nesse espaço o Coletivo de Juventude, os estudantes da Escola Itinerante Herdeiros do Saber, bolsistas de projetos de instituições externas⁵, integrantes do Setor de Educação e educadores que ministraram formação em Agroecologia. Os produtos cultivados geraram renda para atividades políticas e foram utilizados na alimentação escolar.

Com o passar do tempo, organizaram-se as roçadas para a abertura das áreas de rebrota de pínus, sem finalidade econômica, atividade realizada por meio de mutirões que envolviam as famílias acampadas. Com isso, foi possível liberar mais terra para o cultivo e

⁵ Durante o período de 2015 a 2017 foram executadas ações no acampamento vinculadas a dois projetos que contaram com recursos da chamada MCTI/MDA-IN CRA/CNPq n°19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural.

potencializar a expansão da produção. Por isso, a agricultura começou a ser realizada também no modo convencional. Segundo o Entrevistado 03, que fez parte da coordenação do Setor de Produção, a orientação sempre foi de que as famílias acampadas deveriam produzir alimentos. Assim, mesmo utilizando agrotóxicos, havia um debate coletivo sobre o uso de sementes transgênicas. O entendimento era de que esse tipo de produção não contribuiria para a luta pela reforma agrária. Segundo ele:

Se for pra nós entrar na agroindústria, né? Então nós podia deixar a terra para a empresa que a empresa já está fazendo isso, né? Plantando o que não é alimento. Então a gente tá aqui pra mostrar que nós tamo aqui pra trabalhar, pra produzir alimento pra população; Precisa alimento. [...] A gente tá segurando para o pessoal não plantar transgênico (ENTREVISTADO 03, 2017).

A primeira área de produção orgânica do acampamento era chamada de “coletivão” e envolveu o trabalho de todas as famílias acampadas ainda em 2014. O trabalho de preparação da área, plantio, manejo e colheita do feijão foi realizado por meio de mutirão, e a renda obtida com a comercialização da produção foi direcionada para custear a manutenção do acampamento. Percebe-se, assim, que em função das condições precárias de territorialização dos camponeses na terra ocupada e em razão da sintonia em torno do projeto coletivo do acampamento prosperar na direção da formação de um assentamento, as metodologias participativas, base das ações de fomento à Agroecologia, articulam-se à luta pela terra.

Entretanto, devido ao uso de agroquímicos por parte da Araupel S. A. no manejo da plantação de pinus que ainda estava presentes na área, e com a necessidade de uma área orgânica certificada para fins de comercialização, destinou-se, em 2015, um espaço para a produção em um local mais apropriado, circundado por uma barreira vegetal de mata nativa, próximo às moradias do Herdeiros I. Foram destinados aproximadamente 50 hectares para a produção orgânica, envolvendo cerca de 80 famílias. Nesse primeiro momento, as pessoas que cultivavam na área orgânica não faziam parte de um mesmo grupo de base. A certificação da área ocorreu via Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia – Núcleo Luta Camponesa.

A área também era destinada para as demais famílias acampadas que tinham interesse de produzir alimentos para o autoconsumo, mesmo não integrando o grupo dos Orgânicos. Conforme Entrevistado 03 (2017), nesse período nem toda área era utilizada, “[...] a maioria planta um pedacinho que dá um hectare, um hectare e meio, mais ‘pro gasto’. E então sempre sobra área ali, sobrou na parte de lá, sobrou mais de seis alqueires de terra ali” (ENTREVISTADO 03, 2017).

Com base na fala do entrevistado, reconhecemos que as metodologias participativas e os processos produtivos mais cadenciados (de acordo com os ritmos da própria natureza),

próprios da Agroecologia, ora são compreendidos e assimilados, ora são fontes de desconfianças pelos camponeses acampados. Isso reflete, por um lado, a cultura da Revolução Verde impregnada na visão dos sujeitos sobre os sistemas agrícolas, e, por outro, deriva da necessidade de geração imediata de renda, o que implica na ocupação de toda área possível com cultivos de importante liquidez nos mercados. Nessa perspectiva as contradições se instauram: uma área em pousio, isto é, não utilizada para atividades agrícolas, mesmo que por um breve período, é uma área desperdiçada do ponto de vista do atendimento das demandas urgentes dos acampados.

Quanto ao trabalho do grupo na área orgânica, a produção, em geral, tinha base individual. Apenas duas pessoas do grupo tinham máquinas agrícolas, as quais prestavam serviços aos demais, quando necessário. Como a certificação estava no nome de três pessoas (depois de um tempo, duas), esse processo era realizado coletivamente. Nessa época, chegaram a cogitar a construção de uma horta na qual seria empreendido o trabalho coletivo na produção e na comercialização por meio da feira. Entretanto, como dependiam de investimento para irrigação, visto que não havia água disponível no local, a ideia não prosperou. Outra prática comum era a troca de sementes crioulas entre os acampados para viabilizar a produção.

As cultivares produzidas em maior quantidade na área orgânica eram milho e feijão. Isso porque, segundo o Entrevistado 03, “[...] é uma parte que a gente tem mais condição de comércio, então não adianta, hoje, a gente trabalhar com hortaliça e não ter... Na hora de você produzir, você tem a alface pronta e não sabe onde entregar” (ENTREVISTADO 03, 2017). Para o cultivo de hortaliças, também são necessários equipamentos específicos de armazenagem e transporte, ainda inacessíveis para o grupo.

A maior dificuldade apontada foi a comercialização, como expressa a fala do Entrevistado 03 (2017) “[...] nós aqui não temos assim, como acesso pra nós correr atrás de quem nos compra esse tipo de produto, então nós depende de uma pessoa que faça, né? Essa parte, essa função de adquirir, de nós repassar.” Segundo ele, a maior parte, até então, foi vendida para a Biorgânica Produtos Orgânicos Ltda. (doravante Biorgânica) através da mediação da Cooperativa Agroecológica Ireno Alves (COOPAIA) – localizada no assentamento Ireno Alves dos Santos – e uma parte menor através da Rede Ecovida de Agroecologia.

Outro obstáculo, nesse período, era reestabelecer o equilíbrio do solo, considerando o plantio de pinus anterior e a dificuldade na obtenção de adubos orgânicos. O acesso a adubação orgânica era inviabilizado pelas condições financeiras dos agricultores. No momento em que ocorreu o deslocamento dos grupos de base para outros pontos de ocupação do território, originando seis espaços com moradias no acampamento houve maior interesse de muitos acampados em utilizar produtos químicos no manejo. Por isso, os

agrotóxicos foram liberados. Com a divisão, parte das famílias que estava vinculada ao grupo dos Orgânicos se instalou nessas novas áreas constituídas. Essas famílias deram origem a outros grupos. Já as famílias integrantes do grupo dos Orgânicos, que permaneceram no Herdeiros I, constituíram o grupo 17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica, prosseguindo o trabalho na área previamente definida para o plantio.

O Grupo Herdeiros da Terra Livre foi formado no espaço Herdeiros II (Alojamento) – o primeiro espaço formado, em novembro de 2015, após o deslocamento dos grupos de base para outros pontos da área. No início, o grupo envolveu em torno de 18 famílias e desenvolveu seus cultivos em uma área com bastante mata e tocos de pinheiro. “Todo mundo plantava feijão, arroz, mandioca, batata, milho, e era o que nós plantava, dava mais ou menos em torno de dois alqueires” (ENTREVISTADA 05, 2019). A área de produção orgânica não era certificada, embora houvesse comercialização para a COOPAIA.

Outras atividades de Agroecologia realizadas foram uma horta para a Escola Itinerante Herdeiros do Saber II e uma horta comunitária, parte de um projeto de agrofloresta. O Entrevistado 01 retrata a experiência, “mantimo a produção, horas tinha muita produção, horas não tinha nada, também que a gente se perdia no planejamento, tinha época ali que a alface não se perdia, a gente doava pros grupos [de base]” (ENTREVISTADO 01, 2018).

Após a definição da área de produção, o grupo debateu a sua constituição como um grupo de base do acampamento. “Nós fazia reunião, tinha gente que trocava dia, um ajudava o outro [...] do serviço que precisava fazer pelo acampamento, até na escola, todos os grupos participavam em limpar o colégio, fazer merenda pras crianças” (ENTREVISTADA 05, 2019).

Segundo a Entrevistada, as maiores dificuldades desse tempo foram “[...] os bichinhos né? Comendo a planta, esse que é o maior problema, e manter limpa a terra, pra você poder colher [...] você tem que limpar, não pode jogar veneno, tem que ir lá com a mão, com a enxada” (ENTREVISTADA 05, 2019). Ao mesmo tempo, a agricultora ressalta os fatores positivos do momento em que estavam todos juntos, no mesmo espaço: “Ficou bem melhor, porque a gente já tinha uma área mais definida, né? E mais espaço, porque lá em cima [área do Herdeiros I] a gente tinha pouca área, né? Aqui a gente tinha mais. Nós podia plantar até 5 alqueires se tivesse condição de plantar” (ENTREVISTADA 05, 2019).

No segundo semestre de 2017, houve o deslocamento de algumas famílias da área Herdeiros I para o espaço Herdeiros III (Lambari). O grupo foi formado logo após a chegada das famílias na área e recebeu o nome de Bica d’água. Desde o início, surgiu como um grupo de produção e de base, que se vinculava à organicidade do acampamento, e seus membros se reuniam duas ou três vezes ao mês, mesmo contendo apenas 12 famílias.

Assim como nos outros grupos, os produtos cultivados eram arroz, feijão, mandioca, batata, entre outros. A certificação da área estava em nome de um dos integrantes do grupo, e a comercialização era realizada principalmente para a Biorgânica. O apoio que o grupo

recebeu partiu da UFFS e do CEAGRO, assim como dos coletivos da Juventude e de Mulheres. Sobre as dificuldades desse tempo, um entrevistado relata:

Nós tinha dificuldade em limpar [preparar a área] e produzir até porque a gente tinha pouco conhecimento, né? E continua tendo, nunca é demais buscar o conhecimento. Então a gente não conhecia e também não dava muita importância, mas é... As dificuldades sempre teve, né? Mesmo tendo produção, não é fácil para comercializar, né? [...] Às vez você num tinha um planejamento de produção, bem, bem afinado, né? E quando você não tem um planejamento de produção bem afinado, se torna difícil, porque aí se vai colher muito parcial, né? E aí é complicado para comercialização (ENTREVISTADO 02, 2019).

Contudo, também reconhece os fatores positivos:

O intuito mesmo, na verdade, sempre foi pensando no dinheiro, mas pensando também no autossustento da família, todo mundo plantava e colhia, bastante arroz, bastante feijão, bastante milho [...] a gente avança muito, né? A terra ainda irregular e o pessoal começa a ver que a gente tá produzindo ali de forma organizada, né? Através de cooperativas, né? (ENTREVISTADO 02, 2019).

Nesse depoimento se destaca a principal função da Agroecologia no acampamento: a produção para o autoconsumo. A geração de renda, considerando a produção de toda a área do acampamento, realiza-se especialmente por meio da produção convencional.

O Grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência foi originado com o deslocamento de famílias para o espaço do Herdeiros IV (Guajuvira), em março de 2016. Em 2017, após a identificação de uma área preservada, foi realizado o primeiro plantio como grupo de produção. As primeiras reuniões iniciaram com mais de 20 famílias, entretanto, ao final, permaneceram 12, residentes no Herdeiros IV e no Eucalipto. Neste caso, os integrantes do grupo eram vinculados a outros grupos de base do acampamento.

A preparação da área de plantio destinada à produção orgânica foi uma das primeiras ações coletivas do grupo, como menciona um dos entrevistados:

Quando, no grupo, a gente começou, a gente não tinha área aberta pra plantar, nós tinha um pínus ali e a gente precisou derrubar. Então, daí a gente fez uma roçada coletiva pra abrir um espaço lá, pra produzir... [...] A derrubada a gente fez coletiva e, na verdade, a ideia é essa: a cooperação, né? (ENTREVISTADO 05, 2017).

Ainda sem conseguir a certificação orgânica da área foram iniciadas as atividades produtivas, com objetivo de consumo familiar e venda de excedente, sem a utilização de máquinas agrícolas, dado que muitos tocos de pínus restantes impediam a entrada de maquinário. O Entrevistado 05 (2017) também explica que não foi necessário usar adubação devido à presença de matéria orgânica. Outro motivo, ainda, embora existissem áreas com necessidade de adubação, era a falta de recursos para investimento por conta da incerteza da possibilidade de permanência no local. Um ponto positivo, de acordo com o Entrevistado 05 (2017), é a localização da área em local mais alto do que o entorno, dificultando a

contaminação da água por insumos agrícolas.

Na Figura 03, pode-se observar o consórcio de milho, feijão e abóbora com plantação de pinus ao fundo (disputa territorial expressa na paisagem agrícola). A Figura 04 ilustra a produção de arroz e, ao fundo, o monocultivo de pinus.

Figuras 03 e 04: Produção e colheita do grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência, 2017.



Fonte: Karin Cristina Siben Ribas (2017).

As organizações que contribuíram nesse momento, foram o CEAGRO, a Biorgânica, a COOPAIA e alguns projetos de extensão da UFFS. O processo de certificação do grupo ocorreu apenas em 2018, em nome de dois integrantes, e os produtos foram direcionados para a comercialização a partir da COOPAIA e, em menor quantidade, diretamente para os consumidores da cidade de Rio Bonito do Iguçu.

Em relação ao processo organizativo do grupo, a entrevistada destaca:

Acho que a gente não se organizou, né? No início quando a gente estava no Herdeiros I a gente tinha um grupo já, a gente tava se fortificando, aí quando aconteceu aquele espalhamento, a gente acabou se dispersando um pouco. A gente tava muito envolvido na organização e no enfrentamento e a gente acabou não pensando que o grupo de orgânico precisava ficar em uma área só, né? Que de repente num grupo maior, uma cooperativa era mais fácil de você organizar, então acho que a gente perdeu em organização quando a gente acabou não fazendo dessa forma (ENTREVISTADA 06, 2019).

A desorganização mencionada pela Entrevistada 06 converge com um ponto importante apontado pelo Entrevistado 07 (2017): a dificuldade de deslocamento de um grupo ao outro, diante da distância que chega a ser de 10 quilômetros e dos poucos meios de transporte disponíveis. Entre os aspectos positivos, a Entrevistada 06 (2019) relaciona a constituição do grupo de produção no Guajuvira com uma maior identificação com o local que, posteriormente, seria destinado às unidades de produção individuais, dado que o grupo projetava reivindicar a fixação naquela área.

Segundo o Entrevistado 02, a relação entre os grupos de orgânicos, embora tenham se estabelecido processos de trabalho específicos em cada um, continuou minimamente vinculada por meio de atividades pontuais:

Nós fazia as nossas reuniões aqui sobre produção e tal, e daí tinha uma reunião geral que juntava todos os grupos, até mesmo pra ver como que tava funcionando cada grupo e daí vinha um membro da Rede [Rede Ecovida de Agroecologia] nessas reuniões [...]. Aí nós fazia uma reunião tipo mensal, daí tinha as reuniões da Rede, aí tinha que participar, aí a coordenação, conselheiro de ética de cada grupo ia participar das reuniões lá (ENTREVISTADO 02, 2018).

Se faz presente nas entrevistas a avaliação de que desde o início, quando todas as famílias se encontravam reunidas em um mesmo local, além de formar o grupo de produção orgânica, os membros deveriam ter formados um mesmo grupo de base. Segundo um dos membros do grupo Sementes da Resistência, “[...] depois foi dividido os grupos pra lá e pra cá, e daí na verdade a gente perdeu um pouco da unidade do grupo que nós tinha ali, daí ficou fragmentado [...]” (ENTREVISTADO 07, 2017).

No primeiro semestre de 2018, quando os grupos estavam debatendo os desafios da produção orgânica após a divisão do acampamento em lotes individuais, conforme o Entrevistado 02, levantou-se a proposta de que os grupos pudessem se juntar novamente. Entretanto, como cada membro já havia visualizado e se identificado com uma área de produção diferente, em que objetivava fixar a família, essa possibilidade não se concretizou.

Ainda em 2018, iniciou-se a preparação organizativa para a nova configuração territorial do acampamento, com a divisão das famílias em unidades produtivas. Esse processo exigiu importantes reflexões e ajustes por parte dos grupos de produção orgânica. Ao contrário dos demais grupos de base do acampamento, que foram padronizados em 50 famílias cada, para possibilitar o sorteio dos talhões⁶ (definidos durante a medição para o PDA), os grupos de produção orgânica permaneceram cada um com um número diferente de famílias. Nesse momento, também ocorreu a inserção de alguns integrantes novos que pretendiam, a partir da ida aos lotes, desenvolver o sistema agroecológico.

Nessa ocasião, o grupo Bica D’água foi desestruturado, não dando sequência à produção em sistema agroecológico. A finalização do grupo ocorreu porque alguns integrantes optaram por ter acesso ao seu lote fora de uma das áreas destinadas para a produção orgânica ou por se integrar a outros grupos de produção orgânica já existentes.

Os integrantes dos grupos de produção orgânica puderam escolher a área à qual iriam considerando a necessidade da separação da produção convencional e de estarem em local apropriado para esse tipo de agricultura. Esse debate vinha sendo feito no acampamento

⁶ Talhão foi a área de terra, com cerca de 50 lotes, destinada para cada grupo de base. Cada grupo deveria, por meio de sorteio ou de consenso, definir a localização e a distribuição das famílias em cada lote.

desde 2015. O Entrevistado 02, explica como foi esse processo:

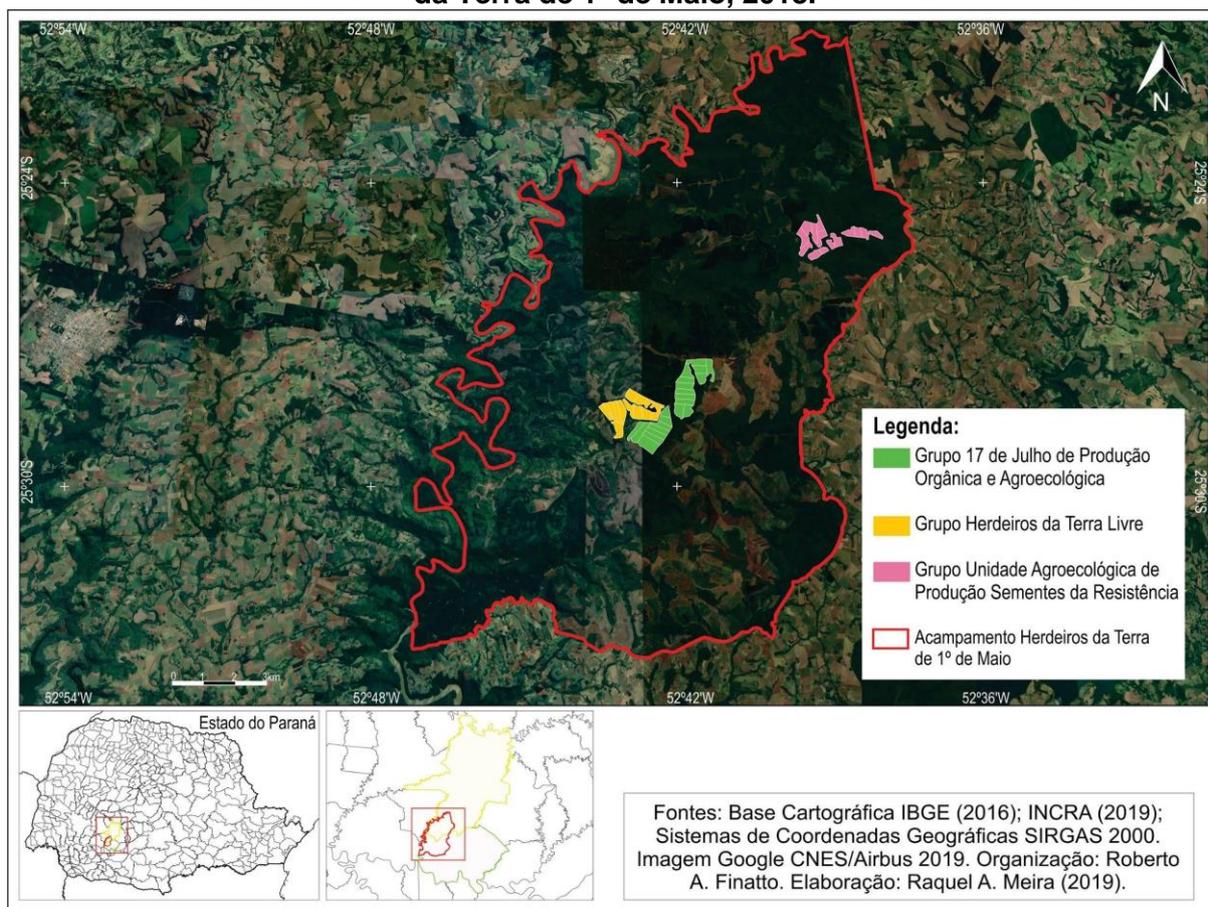
Não vou dizer que era prioridade escolher a área, só que, assim como nós também não ia dar prioridade para o convencional. Mas teria que ter uma área com as condições que você pudesse trabalhar ali, que tivesse pelo menos água, um lugar já protegido, nascente, alguma coisa assim, proteção; ou se não tivesse fazia, mas que fosse adequada para o grupo, não fosse um lugar isolado, né? De difícil acesso (ENTREVISTADO 02, 2018)

Após várias reuniões, os grupos garantiram três áreas para a produção agroecológica, considerando alguns critérios: a existência de barreiras naturais já estabelecidas para evitar contaminação com agrotóxico advinda das lavouras em produção convencional; a disponibilidade de água para a produção; a possibilidade de proteger o curso d'água desde a nascente; que não fossem terras de “granja”, ou seja, totalmente favoráveis à mecanização, evitando que as famílias pratiquem a produção de monocultura, como a soja; e, no caso dos grupos 17 de Julho e Herdeiros da Terra Livre, a localização próxima à comunidade central.

Foram, então, reorganizados ou criados três grupos, a saber: 17 de Julho de Produção Orgânica e Agroecológica; Herdeiros da Terra Livre e Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência (Mapa 03).

Na transição do grupo Herdeiros da Terra Livre para os lotes, em final de julho e início de agosto de 2018, houve critérios para a permanência e novas inserções de integrantes, como ter participado de formações sobre Agroecologia e já ter trabalhado sem o uso de veneno ao longo dos quatro anos de trajetória do acampamento. Neste momento, houve apenas um integrante que optou por deixar o grupo, enquanto um integrante novo entrou. Definido o talhão, a definição das unidades produtivas que seriam destinadas a cada família se deu por consenso, a metodologia foi facilitada pelo número reduzido de famílias, que consideraram a escolha dos lotes, a partir das linhas de produção que pretendiam aderir.

Mapa 03: Localização dos grupos de produção orgânica do Acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, 2018.



Após a ida para os lotes, a diversidade de produtos cultivados se ampliou ainda mais. O grupo passou a ter a COOPAIA como única instituição que tem contribuído com essa nova fase, mediando a certificação em algumas unidades de produção e realizando a comercialização de alguns produtos. Atualmente, o grupo se reúne de uma a duas vezes ao mês e conta com as tarefas de coordenação, finanças e educação.

Mesmo que com as dificuldades em relação à ausência de condições financeiras para preparar a terra com a utilização de maquinário agrícola, existe uma grande motivação das famílias nessa nova configuração do “acampamento”, conforme relata a Entrevistada 05, 2019): “você sabe que tá plantando em cima do que é teu, isso motiva mais, e a motivação é abrir mais área, e a gente vai roendo aos poucos, mas é assim.”

O grupo Unidade Agroecológica de Produção Sementes da Resistência realizou a distribuição das famílias nas unidades de produção em julho de 2018. A definição de cada lote ocorreu por consenso. Segundo a Entrevistada 06 (2019), nesse processo de transição “algumas pessoas acharam que não se encaixavam na Agroecologia, mudaram os planos e outras se inseriram. Teve duas famílias que vieram de outro grupo orgânico [...]”. O grupo possui 12 famílias integrantes. Sobre a produção, neste momento,

A gente deu prioridade para fazer um bom pomar, com variedade, a gente produz agora. Como a gente tá começando, a gente sempre consulta a cooperativa que vai comprar primeiro. A gente não pode plantar para comercializar uma coisa que não tem comércio. Esse ano a gente plantou feijão e aquela mandioca fécula, que foi pra comercializar e aí as coisas que você planta, milho, arroz, essas coisas mais 'pro gasto'. A gente planta uma infinidade, a gente busca a soberania alimentar como prioridade, não importa se, nesse momento, você vai ganhar dinheiro ou não (ENTREVISTADA 06, 2019).

As instituições que estão contribuindo com a maior parte da comercialização da produção são a COOPAIA e a Biorgânica. O grupo se reúne com bastante frequência (três vezes por semana, em algumas situações) e conta com as tarefas de coordenação e finanças.

A principal dificuldade de produção é que a maioria dos lotes está coberto por pinus, e as famílias não possuem recurso para destocar a terra. Entretanto, existe uma leitura muito positiva por parte da entrevistada:

Tudo que você trabalha você sabe que no ano que vem você vai continuar no mesmo local, então você não perde. [...]. A gente tá construindo uma identidade com o local, a gente tá pensando que com o tempo você vai tá colhendo. [...] Antes você não tinha um local definido, e agora tem. É uma mudança incrível, pois não precisa mudar o local de produzir, então cada ano é um passo à frente (ENTREVISTADA 09, 2019).

A terceira temporalidade do acampamento, marcada pela distribuição das famílias nos lotes, produz uma sensação de conquista da terra e a possibilidade de planejar o futuro. Alguns camponeses se referem à área como pré-assentamento ou assentamento, entretanto, a terra ainda não foi oficialmente destinada para a reforma agrária pelo Estado.

O Grupo 17 de Julho também foi reorganizado a partir de abril de 2018, poucos meses antes do processo de distribuição das famílias nos lotes. Alguns dos seus integrantes participaram do grupo dos Orgânicos, ainda na área do Herdeiros I. Porém, com a nova configuração do acampamento, o 17 de Julho integrou outros interessados, totalizando 21 famílias. A escolha dos lotes ocorreu por consenso entre os participantes, não sendo realizado sorteio.

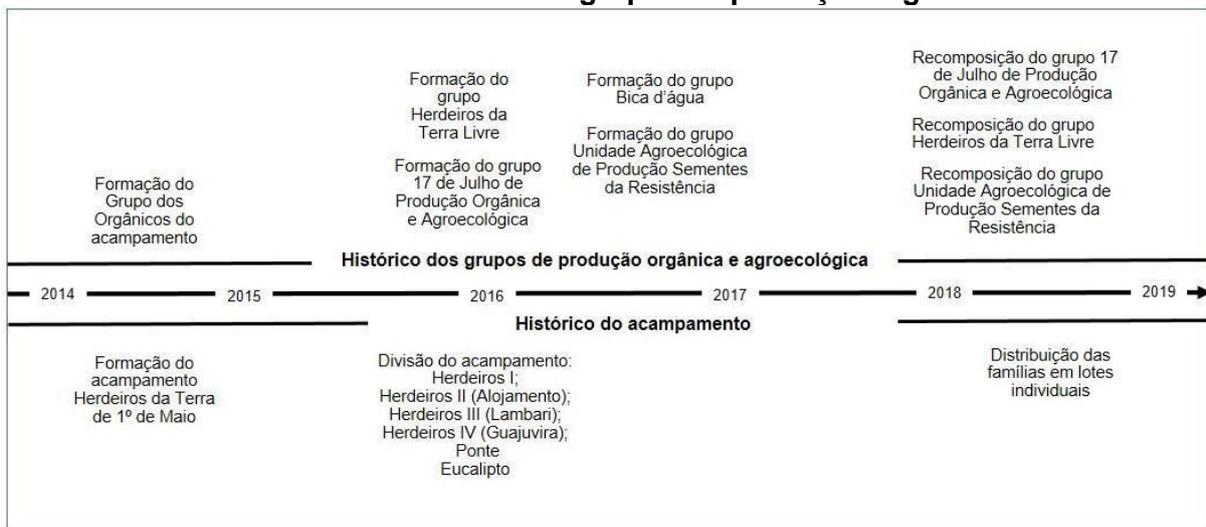
O grupo projetou reuniões mensais para acompanhamento da transição nos lotes e definiu o trabalho coletivo para efetivar ações que interessassem aos seus integrantes, como a construção de barreiras naturais em parte da área que ainda não dispõe de isolamento da produção convencional. Alguns integrantes estão buscando manter a certificação na modalidade participativa por meio do OPAC Rede Ecovida de Agroecologia, mas já ocorre um trabalho com a Biorgânica, que oferece assessoria sistemática para certificação por auditoria e, sobretudo, comercialização.

Pelo exposto, fica nítido que foram muitas mudanças organizativas em um curto espaço de tempo que, somadas, à condição de acampamento – moradias provisórias, falta de energia elétrica, ausência de políticas públicas, entre outros – impactaram no

desenvolvimento da Agroecologia.

Apesar desse movimento, os grupos de Agroecologia conseguiram manter seus princípios e garantir três áreas para as práticas agroecológicas. A partir desse momento, novos desafios se impõem, sendo o primeiro deles a necessidade de destinação da área para a reforma agrária pelo Estado. A ida para os lotes não modifica, de imediato, a situação econômica das famílias. Em certos casos, inclusive, tende a agravá-la, dado que a falta de recursos as obriga a adquirir empréstimos, quando possível, para viabilizar a produção e a construção das infraestruturas de moradia.

Figura 05: Principais eventos relacionados à formação do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio e dos grupos de produção orgânica.



Fonte: Org. pelos autores, 2019.

Diante desse cenário, a existência dos grupos e de instituições que permitem a comercialização da produção tende a contribuir para a permanência das famílias na Agroecologia. Entretanto, as dificuldades – sobretudo a falta de assessoria técnica, de tecnologias apropriados e de recursos para investir na produção – acabam determinando o ritmo da transição agroecológica na área.

Pelo exposto, fica evidente a existência de uma lógica camponesa (PLOEG, 2006; CARVALHO, 2014) atestando que os camponeses vivenciam “outra concepção de mundo muito diferente daquela que é determinada pelas relações sociais de produção capitalista” (CARVALHO, 2014, p. 33). Essa outra concepção de mundo encontra na Agroecologia uma possibilidade concreta.

Considerações Finais

Neste texto, analisamos como a prática agroecológica foi sendo moldada diante da

reconfiguração territorial do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. Ao passo em que o território em disputa foi sendo ocupado, novos desafios foram se impondo aos grupos de produção orgânica e agroecológica na área. Conforme registrado, ocorreram muitos processos diferentes em um curto período, portanto, não se trata apenas de praticar a Agroecologia, mas de praticá-la em uma conjuntura hostil à reforma agrária, que impacta diretamente na vida dos sujeitos. Trata-se de uma geografia específica.

As sucessivas mudanças no arranjo territorial do acampamento, embora necessárias e estratégicas para a manutenção da ocupação, criaram dificuldades para os sujeitos envolvidos com a Agroecologia, tanto no aspecto organizativo como produtivo. A transição agroecológica é complexa e, por isso, foi necessário recomeçar o processo a cada mudança de área. Apesar das dificuldades típicas da situação de acampamento, algumas ações poderiam contribuir para o fortalecimento dos grupos, como a formação de um grupo de base que integrasse, desde o início, os sujeitos dispostos a trabalhar com a Agroecologia. Entretanto, as famílias do grupo dos Orgânicos participavam em diferentes grupos de base no período em que existia apenas o acampamento Herdeiros I, logo, com a divisão do acampamento, três novas áreas de produção agroecológica foram criadas. Embora esse processo tenha dividido o grupo, produziu também uma identificação com as novas áreas, dificultando a integração das famílias em um único grupo de base quando as famílias foram distribuídas nos lotes individuais.

Com a distribuição nos lotes, as famílias estão em um momento muito particular de organização da vida. A “conquista” do lote tem produzido perspectivas de avanço da Agroecologia para as famílias, já que possibilita aumento de autonomia na condução do processo de transição e o acúmulo do trabalho desenvolvido para os anos seguintes. Há, assim, um potencial de consolidação das práticas agroecológicas.

Por outro lado, diante dessa nova territorialidade, tem diminuído o trabalho coletivo, fato revelado, por exemplo, na baixa participação nas reuniões dos grupos. O desenrolar do processo de planejamento dos lotes, incluindo a transição agroecológica, tem ocorrido, predominantemente, de forma individual. Apesar de algumas ações e definições coletivas – como a formação e a participação em eventos sobre Agroecologia, a aquisição da certificação orgânica, a definição da área para os grupos e os debates sobre o acesso à energia elétrica –, as famílias enfrentam, amparadas em suas condições materiais individuais, os desafios postos para a produção.

Elucidamos que essas alterações no acampamento não seriam tão impactantes para a Agroecologia se as condições econômicas das famílias, e do próprio MST, no que se refere à capacidade de custear e assessorar a transição agroecológica, fossem melhores. Assim, o fato de a área não ter sido destinada oficialmente para a reforma agrária se constitui como um limitador estrutural para o desenvolvimento dos sistemas produtivos na área.

Diante dos limites desse texto, alguns aspectos, como as contradições na formação e organização dos grupos e os limites da configuração dos lotes individuais para o trabalho com a Agroecologia não puderam ser explorados, o que remete a novas agendas de pesquisa.

A pesquisa revelou, ainda, que apesar da concretude das práticas agroecológicas na área (desenvolvidas por 45 famílias), como recomenda o Programa Agrário do MST (2014), há o predomínio do sistema de produção convencional (praticado por 1058 famílias). Essa situação indica os limites e as contradições que o principal movimento socioterritorial de luta pela terra do país enfrenta para desenvolver a Agroecologia nas áreas de reforma agrária.

Referências

ALTIERI, Miguel. Escalonando la propuesta agroecológica para la soberanía alimentaria en América Latina. **Agroecología**, v. 4, p. 39-48, 2009.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor Manuel. La revolución agroecológica de América Latina: Rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino. **El Otro Derecho**, n. 42, dec., 2010.

BORSATTO, Ricardo Serra; CARMO, Maristela Simões. A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). **RESR**, v. 51, p. 645-660, 2013.

CANUTO, Antônio. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade. **Revista NERA**, ano 7, n. 5, p.01-12, ago./dez., 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. *In*: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p.17-38.

CEZIMBRA, Elemer do Nascimento *et al.* Jovens, luta por terra, e permanência no campo. *In*: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E IV JORNADA QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO. 2017. **Anais...** Marechal Cândido Rondon/PR, 2017. p. 01-20.

COSTA NETO, Canrobert; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à “reforma agrária agroecológica” no Brasil? *In*: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: naturaleza, sociedad y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 203-215.

DESMARAIS, Anette Aurélia. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.

FABRINI, João Edmilson. O projeto do MST de desenvolvimento territorial dos assentamentos e campesinato. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 75-94, jul./dez., 2002.

FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR). **Revista NERA**, Presidente Prudente/SP, ano 18, n. 29, p. 70-100, 2015.

FERNANDES, Gabriela Menezes; FACCO, Vinicius Antonio Banzato. Agroecologia e MST no leste paranaense: as experiências do assentamento Contestado (Lapa/PR) e do acampamento José Lutzenberger (Antonina/PR). **Revista Pegada - MUNDO DO TRABALHO**

(número especial da XV Jornada do Trabalho), vol. 16, n. especial, p.89-101, 2015.

FINATTO, Roberto Antônio. Redes de agroecologia e produção orgânica na região Sul do Brasil. **Ra'e Ga - O Espaço Geográfico em Análise**, v. 38, p. 107 - 145, dez. 2016.

FINATTO, Roberto Antônio; RIBAS, Karin Cristina Siben. Desenvolvimento territorial e agroecologia: considerações sobre o acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio. *In*: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; IX SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Curitiba/PR. 2017. p. 01-12.

LEFF, Henrique. Agroecologia e Saber ambiental. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar., 2002.

GONÇALVES, Sérgio. **Campesinato, Resistência e Emancipação**: O modelo agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente/SP, 2008.

GUHUR, Dominique Michèle Periot; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In*: CALDART, Roseli S.; PEREIRA, Isabel B.; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 59-67.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **O que é PDA?** Publicado no dia 17/02/2009. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/oqueepda>. Acesso em 12 dez. 2019.

JANATA, Natacha Eugênia. **"Juventude que ousa lutar!"**: trabalho, educação e militância de jovens assentados do MST. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2012.

JORNAL CAMPESINO. Herdeiros da Terra: o novo assentamento em Rio Bonito do Iguaçu. 6º edição, abril de 2018.

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Programa Agrário do MST VI Congresso Nacional do MST – Fevereiro de 2014. *In*: CALDART, Roseli Salet; ALENTEJANO, Paulo. (Org.). **MST, Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2014. p.173-225.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Sujeição da renda camponesa da terra no contexto da monopolização do território pelo capital. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 1, nov., p. 05-20, 2004.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? **Revista Extensão Rural**, ano XV, n. 16, p. 05-36, 2008.

PLOEG, Jan Dowe Van der. O modo de produção camponês revisitado. *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre/RS: Editora da URS, 2006. p. 13-54.

RAFFESTIN, Claude. O que é o território? *In*: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993. p. 143-163.

SILVA, Emerson Ferreira; PAVINATO, Julie Mathilda Semiguem; AHLERT, Alvor. Desafios da produção agroecológica no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu-PR. **Revista GeoPantanal**, Corumbá-MS, n. 24, p. 35-51, 2018.

SILVA, Anderson Antônio; FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e espacialização da luta pela terra - 2000 – 2004. 2005. *In*: III SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA; II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. **Anais...** Presidente Prudente – São Paulo, 2005, p. 01-10.

TOLEDO, Víctor Manuel. La Agroecología en Latinoamérica: Tres revoluciones, una misma transformación. **Agroecología**, v. 6, p. 37-46, 2012.

Sobre os autores

Juliana Cristina de Mello – Graduada em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (UFFS) - *Campus* Laranjeiras do Sul. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - Paraná. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0002-2009-7394>.

Roberto Antônio Finatto - Graduado em Geografia (UFPel). Mestre e Doutor em Geografia (UFSC). Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul (UFFS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-8467-5133>.

Márcio Freitas Eduardo - Graduado em Geografia (UNIOESTE - Francisco Beltrão/PR). Mestre e Doutor em Geografia (FCT-UNESP, Presidente Prudente/SP). Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Erechim (UFFS). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-2641-1636>

Como citar este artigo

MELLO, Juliana Cristina de; FINATTO, Roberto Antônio; EDUARDO, Márcio Freitas. Reforma agrária e Agroecologia: reflexões a partir das experiências do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio - Paraná. **Revista NERA**, v. 24, n. 57, p. 255-282, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Juliana Cristina de Mello** ficou especialmente responsável pelo levantamento e sistematização dos dados do campo; o segundo autor, **Roberto Antônio Finatto**, pelo desenvolvimento teórico-conceitual; e o terceiro autor, **Márcio Freitas Eduardo**, pela análise dos dados e pelos procedimentos técnicos de revisão do texto.

Recebido para publicação em 31 de janeiro de 2020.
Devolvido para a revisão em 01 de setembro de 2020.
Aceito para a publicação em 15 de setembro de 2020.
